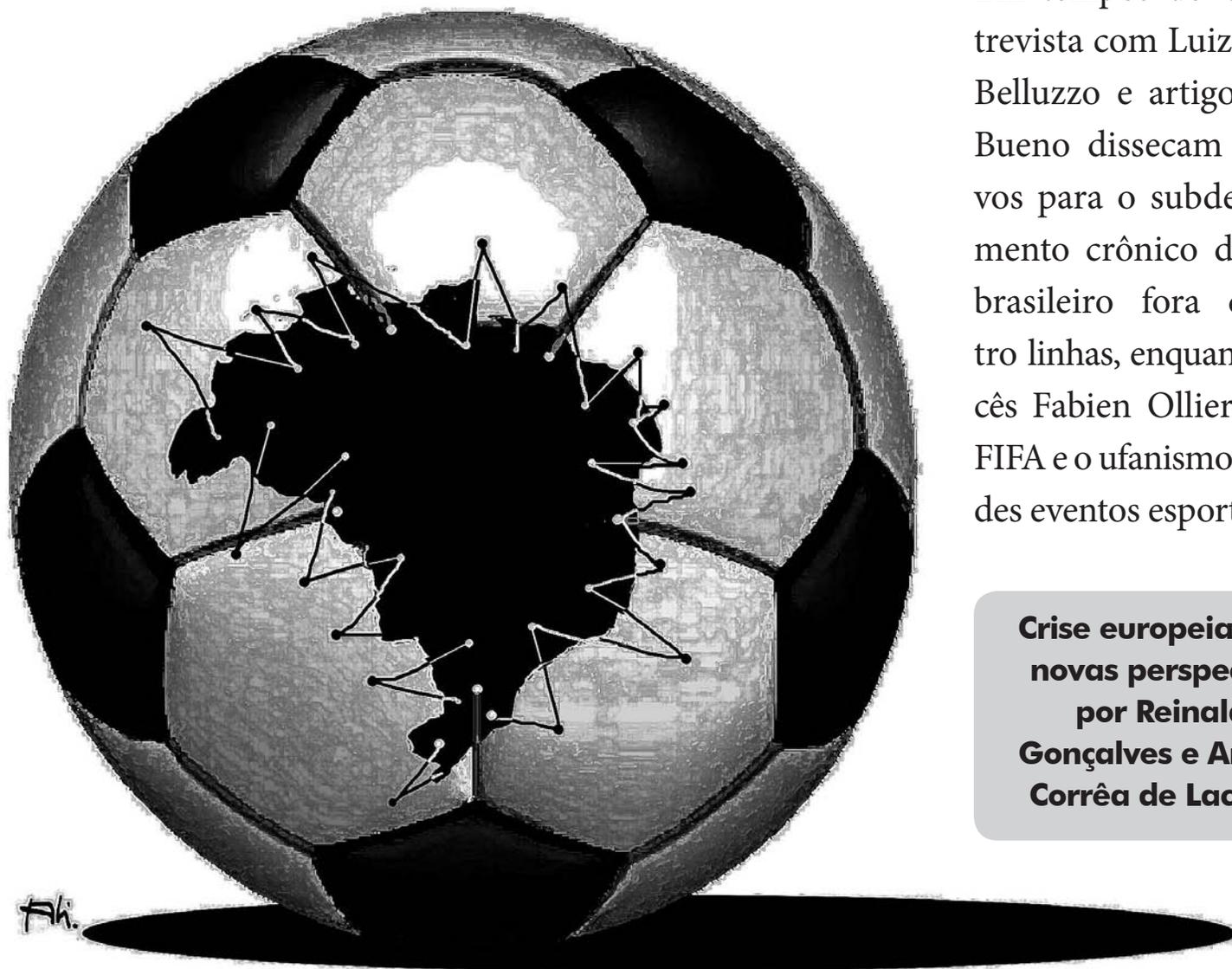


## A Economia do Futebol



Em tempos de Copa, entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo e artigo de Julio Bueno dissecam os motivos para o subdesenvolvimento crônico do futebol brasileiro fora das quatro linhas, enquanto o francês Fabien Ollier critica a FIFA e o ufanismo dos grandes eventos esportivos.

**Crise europeia: duas novas perspectivas por Reinaldo Gonçalves e Antonio Corrêa de Lacerda.**

**Bernardo Kocher analisa a política externa do governo a partir do *Affair Irã*; Fórum Popular do Orçamento enfoca a (falta de) prevenção para futuras temporadas de fortes chuvas no Rio.**

## Editorial

## Da boca do túnel para fora do campo

■ A Flávio Costa, técnico da Seleção Brasileira de 1950, atribui-se frase-síntese das más práticas administrativas e fraqueza econômica do futebol brasileiro, que “só evoluía da boca do túnel para dentro do campo.” De fato, depois do *maracanazo* de 50, a seleção canarinho atingiria o efeito inédito – neste momento assumimos a premissa de que a Itália não vencerá o mundial da África do Sul, toc, toc, toc – de cinco conquistas em Copas do Mundo, graças à genialidade dos craques aqui nascidos. No plano gerencial e da economia do futebol, no entanto, apesar de alguns avanços, o Brasil continua uma subpotência futebolística, com clubes endividados e fornecedores de jogadores para os mercados europeu, asiático e do Oriente Médio.

Em tempos de Copa, esta edição do JE debruça-se sobre a economia do futebol brasileiro e mundial. A peça central da edição é uma entrevista exclusiva com o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que saiu das salas de aula e das arquibancadas do Parque Antártica para assumir em janeiro de 2009 a presidência do Palmeiras. Julio Bueno, secretário de estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, que se apresenta como candidato a presidente do Fluminense com a proposta de transformar o futebol do clube numa empresa S.A. e abrir seu capital na Bovespa, discorre em artigo sobre a situação dos clubes. E como contraponto à euforia da Copa, publicamos uma entrevista do jornal *Le Monde* com Fabien Ollier, editor da revista francesa *Quel sport?*, com pesadas críticas à FIFA, ao “esporte de ponta” e ao engajamento da esquerda com os ideais ufanistas do futebol.

Como segundo foco desta edição, contamos com dois artigos sobre a crise econômica na Europa, assinados por Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, e Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP. Já Bernardo Kocher, da UFF, analisa a política externa do governo Lula a partir do acordo assinado pelo Irã sob o patrocínio do Brasil e da Turquia. O texto do Fórum Popular do Orçamento deste mês é dedicado a analisar a dotação orçamentária e os investimentos que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro faz, ou deveria estar fazendo, para prevenir uma nova catástrofe causada por fortes chuvas. 

## SUMÁRIO

- 3 Crise europeia  
Antonio Corrêa de Lacerda  
**Crise na Europa e impactos no Brasil**
- 5 Crise europeia  
Reinaldo Gonçalves  
**Crise do Euro?**
- 7 Economia do futebol  
Julio Bueno  
**A Crise dos Clubes Brasileiros: Há Solução?**
- 9 Entrevista: Luiz Gonzaga Belluzzo  
**“Não há chance da situação dos clubes melhorar sem que se faça uma reestruturação das dívidas.”**
- 12 Entrevista: Fabien Ollier  
**“Basta mergulhar na história da Copas do Mundo para que se perceba a longa infâmia política e a estratégia de alienação planetária.”**
- 13 Política externa  
Bernardo Kocher  
**O Affair Irã e a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**
- 15 Fórum Popular do Orçamento  
**O preço do descaso**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS  
**ECONOMISTAS**

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, Gisele Rodrigues, José Ricardo de Moraes Lopes, Paulo Mibieli Gonzaga, Paulo Passarinho e Sidney Pascounto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Lorezano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
**Telefax:** (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espínola Soriano Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21) 2262-2535  
**Telefax:** (21) 2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# Crise na Europa e impactos no Brasil

Antonio Corrêa de Lacerda\*

Visando combater a crise, foi anunciada recentemente a aprovação de um pacote de Euros 110 bilhões de socorro à Grécia. Da mesma forma foi constituído um fundo de estabilização de Euros 750 bilhões para socorrer países europeus em dificuldades. O anúncio, ao mesmo tempo que gerou um certo alívio para os agentes econômicos, também, contraditoriamente, fez irromper um forte ajuste nos preços dos principais ativos no mercado internacional.

Isso porque fica, cada vez mais evidente, que a aprovação do pacote de ajuda financeira à Grécia foi tardia, decorrente de uma certa hesitação dos principais líderes da região do Euro, especialmente a Alemanha. O atraso fez agravar a situação. Além disso, também fica claro que os condicionantes colocados como contrapartida à ajuda representam um desafio hercúleo para a já combatida economia grega.

As metas de redução do déficit público, de 13,6% para 3% do PIB (Produto Interno Bruto) em apenas quatro anos, pressupõe a elevação de impostos e o corte drástico de despesas públicas. O problema é que o tom ortodoxo do ajuste implicará jogar o país em uma forte recessão, o que além de tornar o ajuste fiscal inviável também pode criar uma situação insustentável, não só econômica, mas também e principalmente, social e politicamente.

Também vale destacar que a adesão ao Euro no final dos anos noventa trouxe vantagens para os países periféricos europeus, por dar-lhes maior estabilidade cambial e monetária. Mas, por outro lado, abrir mão da sua própria moeda privou-os do importante instrumento da política cambial, agora administrada centralmente pelo BCE

e que favorece a Alemanha, dado o seu diferencial competitivo em relação aos demais países. Sem o recurso da política cambial e, de certa forma a monetária, o esforço recai excessivamente sobre a área fiscal.

Vale notar como a situação da economia grega chegou a tal ponto. Pois isso envolveu, além da irresponsabilidade de seus

dirigentes, a complacência do Banco Central Europeu (BCE) e demais lideranças da região do Euro, respaldadas por uma certa leniência das agências de classificação de risco, que jamais apontaram o problema, ou não o fizeram com a devida contundência.

Diante do quadro, os mercados procuram novas referências para a precificação dos ativos, não apenas por movimentos especulativos, que lhe são característicos, mas também porque ninguém sabe ainda ao certo mensurar os impactos da tragédia grega sobre a economia europeia e mundial. Embora represente apenas 2,5% do PIB da economia da zona do euro, o efeito contágio tende a se estender a outros países do bloco que também se encontram com problemas de sustentabilidade macroeconômica.

A Grécia precisará agir com rapidez e inteligência para administrar a crise e aproveitar o armistício representado pelo pacote de Euros 110 bilhões para renegociar suas dívidas diretamente junto aos credores, obtendo melhores condições de juros e prazos. Isso lhe permitiria ajustar gradualmente a sua economia, sem incorrer em uma Odisséia depressiva auto-flageladora.

## Os impactos no Brasil

O crescimento da economia europeia será mais lento nos próximos anos, o que trará impactos para o comércio mundial e os



fluxos de capitais. Para o Brasil, especialmente, embora tenha se saído relativamente bem da situação adversa representada pelos efeitos da recente crise oriunda do mercado subprime norte-americano, o cenário apresentará desafios.

O menor crescimento do bloco europeu terá impactos sobre as exportações brasileiras, uma vez que respondem por 23% do total. Além disso, Alemanha, França, Portugal e Espanha, para citar os principais, se transformaram em importantes investidores diretos no mercado brasileiro e a situação de incerteza destes países deverá congelar novos aportes nas suas empresas instaladas no mercado brasileiro.

Mas a lição maior para o Brasil do episódio vem da importância de diminuir a dependência externa para manter a autonomia das políticas domésticas. Os ajustes ora impostos à economia da Grécia podem representar um presente de grego às avessas, uma espécie de “Cavalo de Tróia bumerangue”, que prorrogará por muitos anos a lenta agonia do país.

Mais recentemente, a divulgação dos resultados do PIB brasileiro referente ao primeiro trimestre do ano, com crescimento de 2,7% relativamente ao trimestre anterior e de 9% em relação ao período homólogo do ano anterior, tem suscitado a tese do “exagero” do crescimento. No entanto, não há sinais de superaquecimento da economia se olharmos mais detidamente os indicadores.

Além do efeito estatístico da base de comparação muito baixa dos primeiros meses do ano anterior, houve ainda o impac-

to do estímulo proporcionado de redução de impostos em setores como móveis e automóveis, por exemplo.

Ambos os efeitos serão amenizados nos próximos meses, na medida em que a base de comparação for maior e com o final da vigência de medidas de incentivo ao consumo. A expansão do crédito, outro fator de impulso das vendas, também mostra sinais de esgotamento pela própria limitação da capacidade de endividamento dos consumidores. Portanto, o ritmo também vai gradualmente refluir.

O dado mais revelador do desempenho do primeiro trimestre deste ano está no comportamento dos investimentos. A Formação Bruta de Capital Fixo, que representa o conjunto dos investimentos públicos e privados, cresceu 7,4% em relação ao trimestre anterior e impactantes 26% em relação ao primeiro trimestre de 2009!

Embora valha a mesma ressalva anterior, da base de comparação muito baixa no início do ano anterior, o dado do investimento revela que as preocupações com o risco de esgotamento da capacidade de produção precisam ser vistas com mais cautela. Se os investimentos estão ocorrendo em ritmo superior à demanda, isso significa que a capacidade de produção da economia vai aumentar.

Outro equívoco está em apontar um risco de esgotamento da capacidade industrial. Periodicamente são divulgados pela CNI e outras entidades os dados sobre o nível de utilização da capacidade industrial, que vem crescendo mês a mês. Basicamente



ela reflete uma pesquisa realizada juntos às indústrias sobre o quanto estão utilizando da sua capacidade instalada. O dado é proveitoso, mas precisa ser qualificado por três motivos principais:

i) as empresas têm capacidade de adaptar rapidamente a sua capacidade instalada de produção, sem grandes novos investimentos. Adaptações nas linhas de produção, modernização e, o mais importante, adoção turnos adicionais e o trabalho em períodos ociosos, como horário noturno, ou fins de semana, permitem ampliar substancialmente a sua capacidade instalada;

ii) é muito difícil sistematizar e confrontar a análise da fotografia do uso da capacidade instalada com os novos investimentos em realização e previstos, de forma a indicar qual a nova capacidade de produção futura que poderá ser atingida no médio prazo;

iii) o coeficiente de importação vem aumentando, o que está alterando a estrutura da base produtiva.

Conjuntamente, há ainda um fator de enorme incerteza que é o desdobramento da crise na Europa e seus impactos na economia brasileira. Haverá, para o Brasil, pelo menos três impactos significativos: i) do lado comercial, com o bloco europeu crescendo menos; ii) a redução dos fluxos de capitais, leia-se investimentos diretos, inversões na bolsa de valores, e financiamentos, que farão diminuir a liquidez no mercado brasileiro; iii) uma queda nos preços, especialmente das commodities.

Há tantas variáveis, muitas deles imponderáveis. O risco envolvido é o de exagerar no “freio de mão”, quando as condições da pista já envolvem, seja pelos efeitos estatísticos, seja pela mudança brusca das condições meteorológicas, uma redução natural da velocidade média do veículo.

Nesse sentido, não deixa de ser estranho o recente movimento pelo aumento das taxas de juros. O fato é que as decisões tomadas agora só farão efeito para a economia real daqui a cinco, seis meses. Portanto, o banco central deveria olhar menos para o retrovisor - os indicadores passados - e mais para o para-brisa, um tanto nebuloso à frente. É muito importante, além dos modelos econométricos, contar mais com o *feeling*, intuição, já que os dados passados ajudarão pouco, porque as variáveis estão mudando e vão mudar substancialmente. 

\* Antonio Corrêa de Lacerda, professor-doutor da PUC-SP, doutor em Economia pela UNICAMP, foi presidente do Cofecon e do Corecon-SP e é coautor, entre outros livros, de “Economia Brasileira” (Saraiva). E-mail: aclacerda@puccsp.br

# Crise do Euro?

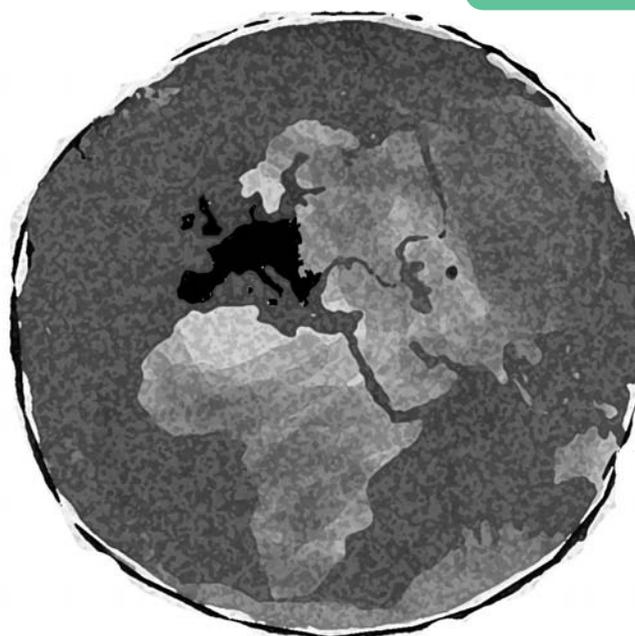
■ Reinaldo Gonçalves\*

Não há uma “crise do euro” e, sim, uma crise localizada na zona do euro. A União Européia, bem como o subsistema monetário europeu (zona do euro), são marcados por forte assimetria. A atual crise é, fundamentalmente, financeira e está localizada, principalmente, na Grécia e com risco de atingir, de forma ainda mais aguda, outros países como Portugal, Irlanda e Espanha. A questão central é que a desvalorização do euro não é, por si só, um problema para os países europeus. Muito pelo contrário, esta desvalorização permite aumentar as exportações, ao mesmo tempo em que reduz as importações. Ou seja, a desvalorização do euro é útil para promover o crescimento econômico.

A Grécia é um “vagão de 3ª classe” no cenário internacional. Se este país não estivesse na zona do euro, a crise grega não teria um milésimo da repercussão que tem tido. Cabe insistir que não há uma crise na zona do euro. Na Alemanha, por exemplo, há nítido processo de

recuperação. Em 2009 a renda alemã caiu 5%, mas para 2010 e 2011 as previsões são de crescimento de 1,2% e 1,7%, respectivamente. A retomada do comércio internacional é um dos fatores determinantes. A desvalorização do euro dá reforço à enorme competitividade internacional da Alemanha.

O problema das graves crises localizadas em países de pouca importância (como Grécia e Portugal) é que o mercado fica operando em contexto de maior incerteza frente aos cenários futuros de intervenção para enfrentar estas crises. Como estes países estão na zona do euro, os atores protagônicos são a Alemanha e a França. Estes países estão focados na proteção dos seus bancos, principalmente, aqueles que fizeram operações de grande risco na periferia da Europa e que, agora, enfrentam problemas. Daí a reação do



governo alemão no sentido de maior regulamentação dos seus bancos, bem como a criação de linhas de financiamento.

Para o governo da Grécia a regionalização da crise é útil pois seus objetivos são evitar a quebra do seu sistema financeiro (grandes bancos) e obter taxas de juros internacionais menores para financiar o serviço do passivo externo. Para que isto ocorra é necessário usar os esquemas plurilateral (União Européia) e multilateral (FMI) para obtenção de recursos externos. Estes esquemas também desempenham papel político importante no sentido de dar certa legitimidade a medidas duras de

ajuste que implicam queda do nível de bem-estar da maioria da população grega.

As consequências são previsíveis. Espera-se o maior esgarçamento do tecido social (via, por exemplo, contração do grau de universalização dos direitos sociais e econômicos), piora nas condições de trabalho, maior exploração do trabalhador, concentração da riqueza e da renda e crescente tensão nas relações, processos e estruturas políticas. A institucionalidade também sofre abalos em decorrência do acirramento da disputa pelos recursos controlados pelo Estado. Ou seja, aumenta a rivalidade entre grupos e classes sociais. Isto não é, por si só, um problema. Ele pode ter resultados positivos. O caso recentíssimo é a tentativa do governo dos EUA de implementar uma reforma socialmente mais justa do sistema de saúde. Outro exemplo, é a movimentação da sociedade grega que “pede a cabeça” dos dirigentes políticos que, de uma forma ou de outra, foram responsáveis pela crise recente.



Combater a impunidade e o risco moral é, certamente, um aspecto do desenvolvimento institucional. Neste sentido, os gregos provocam nos brasileiros o sentimento de inveja!

No que se refere às lições que podemos aprender com os gregos, vale destacar que não há nada de novo. De fato, o que ocorre na Grécia atualmente é um fenômeno bastante conhecido no Brasil e no restante da América Latina. Ou seja, houve aumento extraordinário do passivo externo que levou a percepção de risco a níveis críticos. Nenhuma novidade para nós, inclusive no passado recente!

Quanto ao presente e ao futuro do Brasil, a questão-chave é, mais uma vez, o passivo externo. A estratégia e a política econômica do governo Lula tem implicado crescimento do passivo externo do país. Déficit de transações correntes de US\$ 60 bilhões em 2010 significa um aumento não desprezível do passivo externo. Esta é uma cessão de direitos que envolve fluxos de pagamento de juros, lucros e dividendos. Durante o governo Lula houve crescimento elevado do passivo externo e destes fluxos e, portanto, maiores necessidades de financiamento externo. Este é um problema estrutural e, certamente, fará parte da “herança maldita” do governo Lula.

Cabe, ainda, chamar atenção para os mega-projetos de gastos públicos associados a eventos como Copa do Mundo de futebol em 2014 e Olimpíadas em 2016. Parte da crise da Grécia é explicada pelos gastos extraordinários provocados pelas Olimpíadas em Atenas em

2004. Há alta probabilidade que o Brasil cometa os mesmos erros dos gregos (endividamento interno e, principalmente, externo). O risco é alto de quebra das finanças públicas e do sistema financeiro brasileiro no pós 2014-16. Fica o alerta porque a consequência é o país entrar em mais uma longa trajetória de instabilidade e crise. Portanto, não podemos errar como os gregos. Não podemos “errar, errar de novo, errar pior”.



No horizonte previsível o capitalismo não sofrerá transformações importantes. A questão da regulação/intervenção *versus* livre mercado está na própria origem do sistema. Esta é, de fato, uma questão pendular. Ou seja, em fases ascendentes o capital pressiona e obtém maior liberdade de atuação, e nas fases descendentes o Estado, atendendo às pressões dos trabalhadores, à sua própria necessidade de governabilidade e aos interesses do grande capital, passa a ser pró-ativo na intervenção, protecionismo e regulação. No processo de proteção frente ao “moinho satânico” do mercado, o Estado protege o grande capi-

tal nacional. Portanto, no horizonte de curto e médio prazo haverá pressão e implementação de medidas de intervenção, proteção e regulação; porém, quando o espectro de crise desaparecer do cenário, retorna a pressão para a liberalização, desregulamentação e privatização. Em outras palavras, o capital tem como um dos seus “pecados originais” a síndrome da privatização dos benefícios (próprios da fase ascendente do ciclo econômico) e da socialização dos prejuízos próprios das crises econômicas.

A liberalização está enrincheirada, inclusive na Europa. Ela não morreu e, como Fênix, ela ressurgirá das cinzas. A questão central é que livre mercado e intervenção/regulação são os “dois lados da moeda” do capitalismo. É um pêndulo eterno, pelo menos enquanto durar o capitalismo! As experiências, por exemplo, da Alemanha e dos países nórdicos mostram que mais concorrência pode estar associada a mais regulação/intervenção. Nas “transformações genéticas” como o sistema chinês, onde o capitalismo mais dinâmico do planeta é comandado pelo Estado comunista, a extraordinária rivalidade no mercado internacional (no qual a China é “maratonista”) tem como contrapartida, no plano interno da China, um igualmente extraordinário aparato regulatório e interventor. Ou seja, o capitalismo “campeão mundial” é o capitalismo que tem como pilar central o Estado-nacional altamente interventor e regulador pilotado ditatorialmente por um partido comunista que alo-

ca oportunidades de negócios para associados dos grupos dirigentes em um mercado mundial cada vez mais competitivo.

Na realidade, não há nada de muito novo. Certamente, as tensões próprias às crises implicam piora na qualidade de vida e nas condições de trabalho. Por outro lado, há o lado positivo que é o mecanismo desafio-resposta. Ou seja, frente aos problemas, as sociedades tendem a reagir, de uma forma ou de outra. Estas reações podem ser na direção de caminho favorável ou não. Cabem aqui duas comparações. A primeira é a Alemanha do pós I Grande Guerra, que escolheu o caminho do nazismo, da guerra, da derrota e do sofrimento. Por outro lado, no pós II Grande Guerra a Alemanha fez escolhas corretas que geraram uma das mais ricas sociedades do mundo. A segunda comparação refere-se ao Brasil que, frente à crise do final dos anos 1920, foi capaz de dar um salto quântico e entrou na trajetória desenvolvimentista que durou até 1979. Por outro lado, o Brasil dos últimos 20 anos optou por um Modelo Liberal Periférico de segunda ou terceira classe que implica crescente vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial (reprimarização), produtiva (internacionalização sem competitividade), tecnológica (ineficiência sistêmica) e financeira (liberalização e desregulamentação). 

\* Reinaldo Gonçalves é professor titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor (em co-autoria com Luiz Filgueiras) de “A Economia Política do Governo Lula” (Rio de Janeiro: Editora Contraponto).

# A Crise dos Clubes Brasileiros: Há Solução?

Julio Bueno\*

O futebol brasileiro é penta campeão mundial, mas os clubes estão à míngua. Jogadores estelares são motivo de orgulho de todo o país, porém o campeonato nacional não conta com essas estrelas. Esse descasamento entre a produção natural de talentos e os resultados econômico-esportivos tem fundamento estrutural, e precisamos atacar duramente as principais

causas do problema para reverter o quadro atual.

Historicamente, o futebol brasileiro sempre apresentou problemas em nível administrativo. Ao longo dos anos, o esporte se tornou um negócio midiático e internacional. Com isso, os modelos de gestão empregados e que proporcionavam aos clubes brasileiros algum sucesso no mundo, hoje cada vez mais se distanciam das práticas internacionais.

Há uma raiz econômica natural para que clubes brasileiros não mudem de modelo. Mesmo com orçamentos milionários – são US\$ 40 milhões anuais no caso do Fluminense – o controle social é feito apenas sobre resultados esportivos. Mais ainda: uma gestão profissional claramente reduziria o poder de dirigentes amadores que hoje se beneficiam financeiramente ou midiaticamente. Portanto, a lógica perversa é que se faz necessário vencer uma eleição sempre difícil e provinciana para se ter o altruísmo de tornar o clube profissional, reduzindo assim seu próprio poder. Quem faria isso?

De acordo com informações disponíveis no mercado, o grupo dos 30 maiores clubes mundiais – dez ingleses, seis italianos, seis alemães, quatro franceses, três espanhóis e um turco – movimentou 4,8 bilhões de euros, anualmente, sendo formado por empresas quase na totalidade. As exceções que confirmam a regra são o Real Madrid e o FC Barcelona. Essas duas agremiações têm um significado muito maior do que o esportivo: são expressões político-culturais da monarquia espanhola e do povo catalão.

Não podemos esquecer que as tropas do general Franco – torcedor fanático do Real Madrid – invadiram Barcelona, mataram o presidente do clube e bombardearam a sede com seus troféus. Desde então, torcer pela agremiação é torcer pela Catalunha livre e vice-versa. Interessante ainda observar que, por não serem empresas, volta e meia cometem atos insensatos, comprando jogadores acima das suas capacidades financeiras, pois sabem que, de um jeito ou de outro, a questão se resolverá. Emblemática é a ação com que os clubes alemães entraram na Comunidade Européia, alegando que os dois grandes espanhóis se utilizam de práticas sem razoabilidade econômica para se beneficiar nos resultados esportivos.

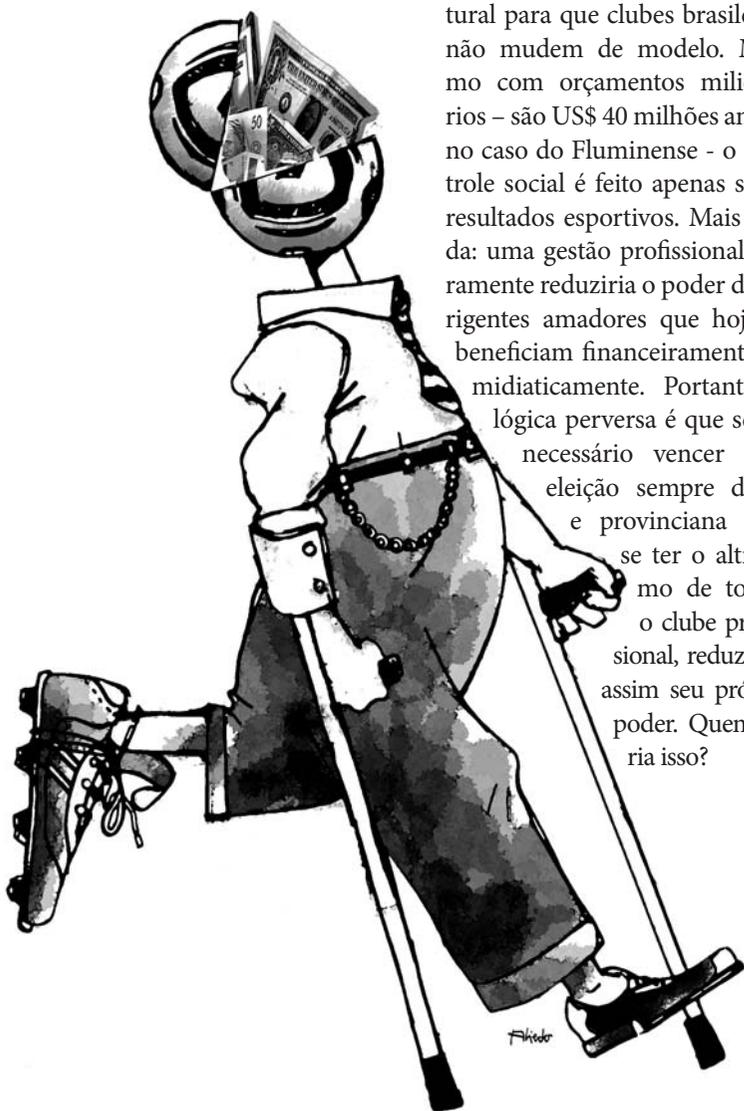
Dos 30 maiores, boa parte tem seus ativos nas bolsas de valores. O britânico Manchester United, considerado o clube de maior valor de mercado, estima-se que valha cerca de um

bilhão de libras. A última edição da Deloitte Football Money League, pelo quinto ano consecutivo, apontou o Real Madrid como o maior gerador de receitas em nível mundial. Na temporada 2008/2009, o clube movimentou 400 milhões de euros.

Recente estudo da Crowe Howarth RCS estima que, a partir de 2010, o futebol brasileiro será um negócio anual em torno de 2,1 bilhões de reais ou cerca de 940 milhões de euros (€ 1 = R\$ 2,2275). O trabalho apontou ainda que a dívida dos 20 maiores clubes brasileiros alcança hoje R\$ 2,7 bilhões. São compromissos basicamente com governos, trabalhistas e cíveis.

No caso dos clubes cariocas, as dívidas trabalhistas geram enorme imprevisibilidade de fluxo de caixa, o que causa distorções e dificulta o planejamento financeiro. É interessante observar que essas obrigações são decorrentes de gestões temerárias e de falta de zelo no tramite do judiciário. No caso do Fluminense, chegam ao estonteante valor de R\$ 90 milhões. Aliás, o estudo da Crowe mostrou que o clube tricolor é o mais endividado do Brasil, com R\$ 329,3 milhões. O mais grave é que as agremiações continuam apresentando déficits operacionais.

Embora seja uma operação complexa, é possível dar solvência aos clubes e previsibilidade ao fluxo. Para tanto é necessário que se renegociem as dívidas com o governo, evidentemente não deixando que outras se façam. No tocante a esse item, a



iniciativa da Timemania foi importante para alívio do caixa dos clubes, porém pouco exitosa como ferramenta para redução da dívida global.

Uma técnica comumente empregada em empresas à beira da falência é oferecer aos credores uma parcela do capital das mesmas. Parece-nos que essa seria parte da solução para a dívida trabalhista, o que necessariamente passa pela decisão dos clubes virarem empresas. Uma negociação com credores trabalhistas, que dê credibilidade e assegure pagamentos hoje incertos e aleatórios, seria a vantagem de prever e possibilitar os pagamentos e a redução da dívida. A mesma fórmula se aplica às pendências cíveis.

Assim, a decisão que resolve do ponto de vista econômico é tornar o clube uma empresa. Esse passo não foi tomado ainda por nenhum grande clube brasileiro

No Chile, os três principais - Colo-Colo, Universidad do Chile e Universidad Católica - são empresas, inclusive com ca-



pital aberto. Sendo que o último captou US\$ 25 milhões no ano passado. E, vale destacar, a demanda pelos papéis do clube foi cinco vezes maior que o volume oferecido.

Obviamente, precisaremos de mudanças jurídicas e culturais para chegar a ações negociadas na Bovespa. Primeiro, porque os clubes são, em grande parte, agremiações e precisam se transformar em empresas de sociedade anônima para obterem registro para abertu-

ra de capital. Outro aspecto importante diz respeito à transparência na gestão, exigência dos investidores e prática que não está na agenda do dia.

É importante garantir que a transformação em empresa não transgrida os valores dos clubes brasileiros, que são instituições centenárias, com suas marcas, suas cores, seus hinos. O grande desafio é ter bons resultados econômicos e esportivos. Dessa forma, poderemos aproveitar nossas jóias da coroa, que são os jogadores formados em categorias de base, vendidos muito jovens e abaixo do seu valor potencial.

Naturalmente que revisões são necessárias, principalmente relacionadas à Lei Pelé. É importante observar que a revisão proposta no Congresso tem apoio dos clubes e dos atletas, que tiveram suas relações fragilizadas e seus direitos federativos fracionados, na maioria das vezes, pertencentes a pessoas físicas. Os clubes, por outro lado, se beneficiam pouco ou quase nada do trabalho de formação

feito e que poderia ser um grande gerador de receita.

Na Segunda Guerra mundial, o presidente Roosevelt colocou dinheiro no cinema para vender o “american way of life” e podemos usar o futebol brasileiro com objetivo semelhante. Acho que o Estado deveria ajudar os clubes sem paternalismo, mas apontando na direção do choque de capitalismo. O BNDES poderia dispor de linha de financiamento para saneamento dos clubes, lastreada em recursos futuros como, por exemplo, os direitos televisivos. Naturalmente, a contrapartida seria que as agremiações se tornassem empresas, com seus gestores submetidos às obrigações estabelecidas no código de responsabilidade civil. Esse é o sonho: clubes sãos e o campeonato brasileiro visto internacionalmente. ☺

\* Engenheiro da Petrobras, Julio Bueno foi presidente do Inmetro e da Petrobras Distribuidora e é secretário de estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro e candidato a presidente do Fluminense.

## agenda de cursos

### CURSOS DO CORECON-RJ

- Todos os cursos conferem certificado com especificação de número de horas-aula e conteúdo programático;
- O horário de atendimento da secretaria de cursos é das 10h às 20h;
- Após o preenchimento do formulário de inscrição na página do Conselho, você deverá comparecer à secretaria de cursos para efetuar o pagamento. O primeiro cheque (ou o único, se preferir o pagamento à vista) é sempre datado para o primeiro dia do curso (ou para a sua melhor data). Em caso do curso não ser realizado por qualquer motivo, os cheques serão devolvido. É muito importante este pagamento ser efetuado o mais cedo possível, pois isto confirma seu interesse e garante sua vaga;
- Caso prefira efetuar depósito bancário, entre em contato pelo e-mail [cursos@corecon-rj.org.br](mailto:cursos@corecon-rj.org.br) para obter as informações necessárias.

Julho

### ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL

19 a 23 de julho de 2010 – Segunda a sexta das 18h45 às 21h50.  
Professora Claudia Lucia Bisaggio Soares.

Economista: R\$400,00 – Estudante de graduação: R\$360,00 – Outros profissionais: R\$440,00.

Agosto

### ECONOMIA MARXIANA

4 de agosto a 15 de dezembro de 2010 - Às quartas das 19h às 21h40 - Curso de 60 horas.  
Professor: João Leonardo Medeiros.  
Economista: R\$704,00 – Estudante de graduação: R\$640,00 – Outros profissionais: R\$774,40.

Outubro

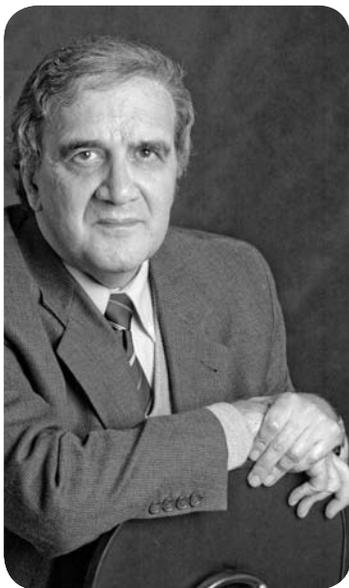
### CONSTRUÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E AVALIAÇÃO DE RISCO DE MERCADO: MODELOS EM EXCEL

7 de outubro a 9 de dezembro de 2010 - Às quintas das 19h às 21h45 - Curso de 30 horas-aula.  
Professor: Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues.  
Economista: R\$450,00 – Estudante de graduação: R\$410,00 – Outros profissionais: R\$495,00.

# “Não há chance da situação dos clubes melhorar sem que se faça uma reestruturação das dívidas.”

Quem melhor para discorrer sobre as mazelas da economia do futebol brasileiro do que Luiz Gonzaga Belluzzo? Doutor em Economia, professor titular de Economia da Unicamp, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985 a 1987) e de Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo (1988 a 1990), Belluzzo enfronhou-se no mundo do futebol ao assumir a presidência do Palmeiras em janeiro de 2009. Nesta entrevista ao JE, faz um diagnóstico da situação econômica dos clubes e do setor de futebol, apresenta propostas e relata as experiências de um intelectual-economista fazendo as vezes de cartola.

Olga Vlahou



**P:** O Brasil possui, deste sempre, os melhores jogadores do mundo e conta com uma população numerosa e fanática por futebol. Na última década e meia, passou a ter também uma moeda valorizada. Como se explica então a falência do business de futebol no país, onde os clubes apresentam dívidas monstruosas e não conseguem manter seus melhores jogadores? Por favor, faça um diagnóstico do setor de futebol brasileiro, citando os principais problemas.

R: Em primeiro lugar, a estrutura dos clubes brasileiros era totalmente amadora até os anos 30. Dos anos 30 ao início dos anos 80, o futebol se profissionalizou dentro de campo, mas os dirigentes continuaram amadores. A partir do final dos anos 80, com a transformação profunda que sofreu o negócio do futebol, que tem muito a ver com a mundialização do esporte e a unificação dos mercados, os clubes brasileiros ficaram na condição de fornecedores, e com uma diferença de situação financeira muito grande em relação aos clubes europeus, porque os patrocínios e direitos de transmissão aqui são muito inferiores, por conta da diferença da situação econômica entre os países.

Por conta dessa situação financeira difícil, mesmo depois da estabilização e a despeito de os salários terem começado a subir e os direitos de transferência terem ficado mais caros, o Brasil continuou a ser abastecedor do mercado europeu e de outros mercados que começaram a surgir, como o Oriente Médio, o Japão, a Coreia e até a China. Houve uma evolução dos salários aqui, por influên-

cia do mercado europeu, mas os salários daqui continuam a ser menores.

O que está havendo agora, sobretudo no último ano, é que os valores dos patrocínios estão aumentando bastante. A exceção são os direitos de transmissão, que cresceram bastante, mas não tanto quanto no resto do mundo. A diferença é que os clubes brasileiros acumulam dívidas bancárias, fiscais e trabalhistas do passado, que são um empecilho para estabilizar a sua situação econômica. Não há chance da situação dos clubes melhorar sem que se faça uma reestruturação das dívidas, e isso não vai ser feito pelo mercado privado. Teria que ser uma ação do poder público de ajudar na reestruturação das dívidas. Eles ajudaram em parte com a Timemania, mas isso é muito pouco para o tamanho da dívida da maioria dos clubes. Mesmo que as receitas subam como estão subindo, fazer a situação financeira dos clubes ficar administrável depende muito dessa reestruturação. Sem ela, a tendência é que os problemas financeiros se acumulem.

**P:** Pode-se dizer que a Lei Pelé é uma das razões para os problemas econômicos dos clubes brasileiros? É justo dizer que o fim do passe transferiu o poder das mãos dos clubes/cartolas para os jogadores/empresários? Como está a tramitação do projeto que modifica a Lei Pelé, quais são as possibilidades de aprovação e como a nova regulamentação impactaria os clubes?

R: **Uma das transformações ocorridas do mercado é que o poder ficou na mão dos empresários. Os jogadores saíram da mão dos clubes e ficaram na mão dos procuradores, dos empresários, que detêm sempre uma parte dos direitos econômicos do jogador e têm um poder enorme de negociação. Mais recentemente, houve a formação de empresas que são verdadeiras atacadistas do mercado do futebol, que detêm direitos de centenas de jogadores;** isso obriga os clubes, como o Palmeiras, a fazer parcerias com uma dessas empresas, que coloca o jogador

para se exibir na vitrine do Palmeiras, que é observada por 16 milhões de torcedores.

Nas categorias de base do Palmeiras, os jogadores já chegam muito jovens com os direitos econômicos divididos pelo pai do jogador, que transfere esses direitos para o procurador, que coloca o jogador em um clube grande para que ele possa ser visto e avaliado. O que a Lei Pelé fez foi liberar o jogador dessa dependência do clube, mas dada a natureza da relação de forças dentro do mercado, essa liberdade não pode ser exercida diretamente pelo jogador. Deveria haver uma regulamentação diferente para dar mais poder ao clube para estimular a formação dos jogadores, e diminuir um pouco o poder do intermediário.

**P: No caso específico do êxodo de jogadores, como o Brasil, oitava economia mundial e com**

**uma moeda valorizada, perde jogadores para países como a Bielorrússia e o Cazaquistão? Como frear este êxodo?**

R: Realmente o Brasil é um contra-senso, está vendendo jogadores para países como Turquia e Grécia, que têm uma situação econômica inferior à brasileira. Mas os clubes destes países disputam os torneios europeus, que são muito bem organizados pela Uefa. E nesses países os clubes têm dono, pertencem a indivíduos muito ricos. No Brasil os clubes têm uma governança muito ruim, são instituições não-lucrativas e funcionam como tal, têm conselhos enormes, com gente inabilitada. É muito diferente de um clube que pertence a uma pessoa só, que pode pôr e tirar dinheiro do clube como quiser. No caso do Uzbequistão, por exemplo, na contratação do Felipão, deram uma dinheirama que clube nenhum brasileiro poderia ter.

**P: A viabilidade dos clubes passa pela transformação das instituições em empresas de entretenimento, como na Inglaterra? Ou o modelo para o Brasil seria a Espanha de Real Madri e Barcelona?**

R: **O modelo ideal seria de profissionalização com redução do poder dos conselhos deliberativos, que são anacrônicos e impedem uma administração profissional. Não dá para ter diretores amadores no clube, tem que profissionalizar, pagar salário e cobrar. O presidente deveria ficar acima da administração cotidiana do clube. É ineficiente você ter um diretor amador.**

Tem que haver uma mudança na governança, tem que se criar um conselho administrativo nos clubes, e separar o futebol da atividade social, porque são lógicas completamente diferentes. Mas isso não vai ser feito de baixo para cima. Tem que ser feito por lei ou por adesão, se o governo estabelecer que para participar dessa reestruturação os clubes mudem sua estrutura administrativa e adotem práticas melhores do que as que prevalecem hoje. Tem que manter um equilíbrio entre receitas e gastos, e é preciso haver uma instituição acima dos clubes que exija prestação de contas e aplique punições esportivas, para permitir que o futebol brasileiro se transforme.

**P: A Timemania fracassou? Ou pode ainda vir a dar certo e equacionar o problema das dívidas dos clubes? Por que os resultados estão aquém das expectativas?**

R: A Timemania foi um projeto mal desenhado. Ela permitiu a alguns clubes que estão bem no ranking refinar parte das dívidas fiscais. Foi um erro. Podiam ter destinado aos clubes parte da renda de outras loterias, como a Mega-Sena. Não precisava criar a Timemania, que tem tido um desempenho sofrível. Para o Palmeiras, ela tem sido razoavelmente interessante, mas não funciona para todos os clubes.

**P: Dá para reverter isso?**

R: Tem que discutir com o governo e a Caixa. Tem clubes que não estão se beneficiando. O governo tinha que mudar a fonte, porque esta não funciona.

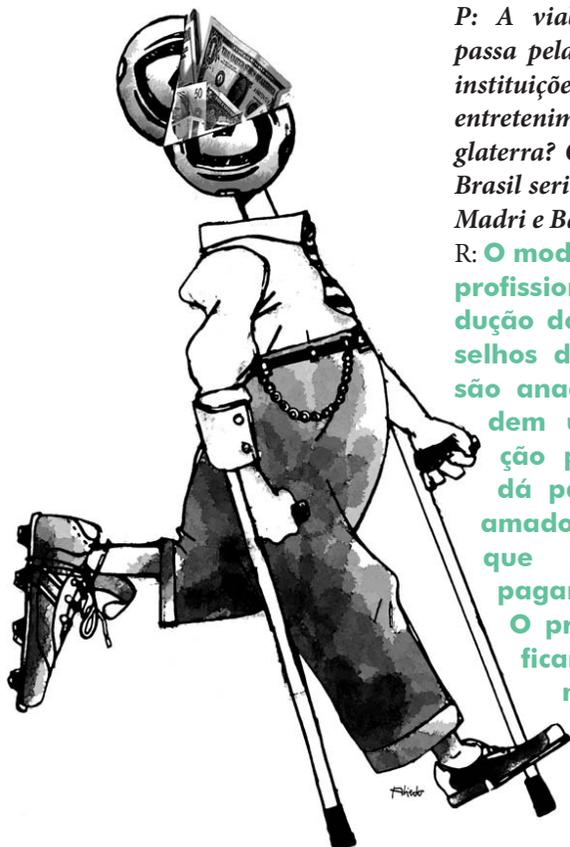
**P: Que intervenções o governo federal poderia implantar para fortalecer os clubes?**

R: Oferecer um programa de reestruturação financeira e condicioná-lo a mudanças na estrutura administrativa: obrigar os clubes a separar o futebol da atividade social. **Eu considero o futebol um bem público cultural do Brasil. Você não pode jogar isso às urtigas, mas não pode dar refresco a dirigente de futebol. Se você der o dinheiro sem cobrar, e a Timemania tem esse defeito, eles vão jogar de novo os clubes na vala da quase inadimplência, do endividamento excessivo. É preciso que o governo tenha um papel mais ativo, mais disciplinador.**

O governo deveria fortalecer as entidades como o Clube dos 13 e reduzir a influência da CBF, que assim como as federações locais, se tornou muito poderosa. Isso faz com que os clubes fiquem dependentes da ajuda financeira dessas entidades, o que não é bom para o futebol, porque deforma a disputa, submete os clubes ao império dos dirigentes dessas entidades. É preciso fortalecer os clubes para que formem uma liga, permitir que os clubes organizem os campeonatos, negociem com a televisão de maneira mais eficaz, sem depender de intermediários.

**P: Como a Copa do Mundo de 2014 vai impactar o setor de futebol no Brasil? A modernização dos estádios, por exemplo, pode melhorar a receita dos clubes com a bilheteria dos jogos? A Copa pode ser um marco na profissionalização do futebol brasileiro?**

R: Os estádios brasileiros são um lixo, não oferecem conforto e segurança aos torcedores. É necessário um programa

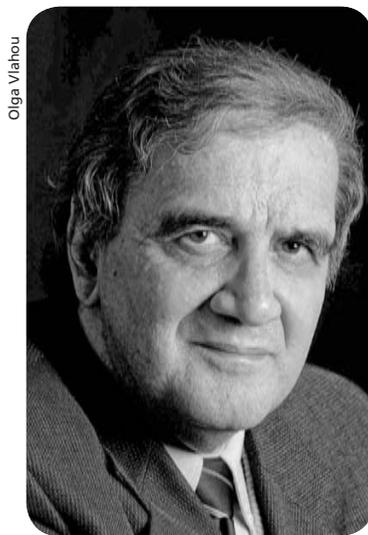


de reestruturação e remodelamento para construir arenas como o Palmeiras vai fazer agora, com dinheiro privado, para você dar conforto ao público, um espaço de entretenimento que vá além do futebol. Nossa arena multiuso vai ser construída no local do Parque Antártica e deve ser inaugurada em dezembro de 2012. Os estádios brasileiros estão muito longe desse grau de qualidade. Isso é um problema sério, eu não vejo isso muito bem encaminhado nesse conjunto de projetos sendo apresentados.

**A Copa em si vai produzir um aumento de receita, o interesse pelo futebol vai aumentar, mas a profissionalização depende de uma mudança estrutural na forma de administrar o futebol.**

**P: Como é hoje a divisão aproximada da receita total dos clubes brasileiros (direito de TV, venda de jogadores, bilheteria, marketing etc.). Que distorções você identifica nesta divisão? Qual é a relação desejável?**

R: As receitas de marketing em geral têm crescido mais rápido que as demais receitas. A renda de venda de jogadores tem caí-



do nos últimos anos por conta da crise financeira. Está havendo mais repatriações. A bilheteria é um ponto fraco por conta do preço dos ingressos. Ano passado o Palmeiras, quando estava na ponta, teve uma renda satisfatória, mas foi uma exceção. Isso bate na distribuição de renda, e é uma questão que precisa ser mais estudada. Os direitos de TV estão crescendo, mas menos do que as receitas de marketing.

**P: A Globo é a carrasca ou a galinha dos ovos de ouro dos clubes? Não seria mais lucrativo para os clubes comercializar os direitos de cada competição individualmente, permitindo que as emissoras competissem e apresentassem propostas melhores? Lembro que a Record comprou o direito exclusivos das Olimpíadas de 2012 em Londres.**

R: O problema não é a Globo. É como a gente negocia os direitos de transmissão. Os direitos são negociados em bloco para TV aberta, cabo, pay-per-view, ce-

lular e internet, e isso tem que ser separado. Esse padrão tem que mudar.

A Globo faz tudo dentro de um padrão de lisura muito grande, mas eles procuram maximizar o ganho deles. Os clubes também têm que impor suas condições. Não se pode demonizar a Globo quando os clubes fazem concessões que não têm cabimento.

O fato de a Record estar na parada, estar disposta a participar, já ajuda. Nós temos que fazer licitação. Se você quer aumentar o seu bolo, tem que fazer as condições. Os clubes têm que tomar essa iniciativa.

**P: Quais são as principais lições deste período à frente de um grande clube? Do ponto de vista de gestão e finanças, quais foram as maiores surpresas?**

R: A minha maior surpresa é que o clube não tinha um fluxo de caixa, era uma bagunça. Eu tive que trabalhar isso, e esse é um trabalho que não rende nada para a avaliação da torcida. Eu estou preparando a reestruturação da dívida do Palmeiras, fazendo uma renovação de cinco anos com os patrocinadores. Vou fazer a reestruturação da dívida bancária, que é de 50 milhões, e também vai haver a construção da arena, que vai ser feita por uma empresa privada.

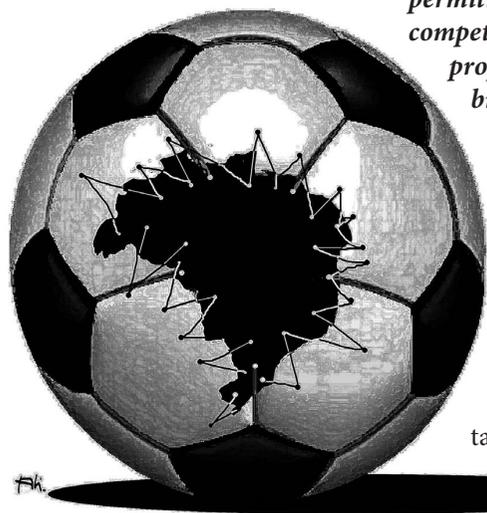
A diretoria financeira funcionava como uma pagadoria. Não tinha nenhum poder sobre os departamentos, especialmente o departamento de futebol. Isso causava descompassos de informação, a despeito de o diretor de futebol ser uma pessoa muito séria. Isso nós corrigimos. Agora nós temos reuniões semanais entre a diretoria financeira e o departamento de futebol, para não haver desequilíbrios.

**P: Pode-se dizer que o futebol está para a imagem internacional do Brasil assim como o cinema está para a imagem dos Estados Unidos? E qual seria o papel dos clubes brasileiros na difusão deste brazilian way of life?**

R: Eu acho que sem dúvida, do ponto de vista do modo brasileiro de ser, nada é tão expressivo quanto o futebol. Veja agora os sul-africanos: o segundo time deles é o Brasil. Eu me lembro em 82, quando os espanhóis saíram da Copa, o time deles era o Brasil. **O futebol exprime muito a maneira do brasileiro se comportar, esse improviso, que é ruim em outras atividades, mas é boa no futebol. Infelizmente nós estamos europeizando muito o futebol brasileiro desnecessariamente; eu sinto que os jogadores às vezes se sentem muito tolhidos pelo excesso de imposição e de certos condicionamentos táticos. Eu acho que isso está tirando um pouco a maneira de jogar dos brasileiros.**

**P: São Paulo tem três grandes clubes, relativamente fortes. O Rio, com um PIB bem menor, tem quatro grandes clubes. O Rio tem condições de sustentar quatro clubes de ponta?**

R: Isso tem influência sim, já que São Paulo tem mais PIB, mais mercado. Os clubes nacionais têm mais impacto. Tem que diminuir esse impacto ou o campeonato vai perder competitividade. Se você não diminuir isso, vai ter quatro, cinco clubes disputando o Campeonato Brasileiro, e os outros como meros participantes, como já acontece na Inglaterra, França, Espanha e Alemanha. ☺



## “Basta mergulhar na história da Copas do Mundo para que se perceba a longa infâmia política e a estratégia de alienação planetária.”

Fabien Ollier é o editor da revista *Quel sport?*. Ele publicou livros que fazem parte da crítica radical do esporte, incluindo *O fundamentalismo do futebol em 2002*, *Footmania em 2007* e *O Livro Negro dos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008*. Nesta entrevista, publicada no *Le Monde* em 10 junho, Ollier critica o que denomina de grande confusão planetária orquestrada pela multinacional privada, a toda-poderosa FIFA.

**P: O senhor compara o esporte em geral, e o futebol em particular, a uma alienação planetária. O que o senhor acha da Copa do Mundo?**

R: Basta mergulhar na história da Copas do Mundo para que se perceba a longa infâmia política e a estratégia de alienação planetária. A Copa do Mundo da África do Sul não é exceção. O expressão do capital mais predador está em ação: as multinacionais parceiras da FIFA e várias organizações mafiosas já chegaram à África do Sul para tirar os maiores benefícios possíveis. Um bom número de jornalistas que investigaram em profundidade o sistema FIFA destacou o *modus operandi* bastante sórdido da organização. Há uma boa dose de indecência em fazer acreditar que a população se beneficiará com tudo isso: a limpeza das favelas, a expulsão de moradores, a renovação luxuosa de algumas áreas... Com a maioria da população vivendo com menos de 2 euros por dia, esta exibição de riqueza é, no mínimo, questionável.

Os deslocamentos para a segurança, supostamente para manter a ordem e proporcionar uma paz presumida, não passam, na verdade, da construção de um verdadeiro estado de sítio, um estado de “big brother”. Os helicópteros, milhares de policiais e militares

estão ali para controlar e limitar a miséria e proteger o luxo para permitir que os pseudo-apaixonados fãs de futebol possam “vibrar”. A mobilização em massa das mentes em torno da seleção nacional leva à criação de uma histeria coletiva obrigatória. Tudo isto é uma manobra de diversão política para o controle ideológico evidente de uma população. Em tempos de crise econômica, o único assunto que nos deve preocupar é a saúde dos nossos jovens futebolistas. Chega a ser patético.

Assistimos à redução de cada cidadão ao papel de analista de bares desportivos. Infelizmente, cada vitória da equipe de França faz recuar em muitos centímetros o pensamento crítico neste país. Eu não aprecio o desenvolvimento do totalitarismo esportivo. Acabamos de assistir o torneio de Roland Garros, a Copa do Mundo assume seu lugar e, em seguida, teremos o Tour de France. Enquanto isso, o sistema de aposentadorias pode ser pulverizado em silêncio.

**P: Como o senhor observou então o sucesso francês em 1998, analisado e celebrado por diversos intelectuais como um acontecimento positivo extrapolando a simples esfera esportiva?**

R: A vitória da equipe da França gerou um desvio do pensamen-

to. Diversos intelectuais preferiram descer aos vestiários em lugar de ocupar espaços sócio-políticos importantes. Sucumbiram aos “êxtases esportivos”. Eles legitimam na atualidade os horrores esportivos generalizados: violência, *dopping*, cretinismo dos torcedores etc.

**P: Sua tese refuta a ideia de que o futebol ou o esporte em geral são simples reflexos da sociedade com sua parcela de violências.**

R: Grande parte dos defensores do esporte e do futebol conferem o papel de um simples efeito de espelho de uma sociedade violenta. “Não se pode exigir do futebol que ele seja menos violento que a sociedade.” Na minha visão, ele não é somente um reflexo. O futebol é igualmente um produtor de violências sociais, um gerador de novas violências. Ele nos impõe um modelo de darwinismo social. Está organizado segundo uma lógica de competição e de confronto. Apresentar esse espetáculo empregando atores excessivamente bem pagos perante plateias de pessoas que recebem o salário-mínimo ou de desempregados também é uma forma de violência.

**P: Uma outra imagem do papel central do futebol lhe atribui a**

**função de porta de saída para os nacionalismos e as guerras.**

R: O futebol exacerba as tensões nacionalistas e suscita emoções patrióticas com uma vulgaridade e de uma forma tão absurda que causam espanto. Eu não aceito a tese de que ocorra um processo civilizatório. O esporte provoca uma forma de violência diferente, menos evidente que uma bomba, mas de forma alguma contribui para uma redução da violência.

**P: O senhor lamenta o alinhamento da esquerda com os valores da direita legados pelos esportes de ponta. Em que consiste isso?**

R: O esporte é inegavelmente político. Ele gera valores políticos. É interessante tentar saber se esses valores são de direita ou de esquerda. A esquerda rompeu com seus valores ao se alinhar com o modelo de direita baseado no princípio da eficiência, da hierarquia e da concorrência. Acontece uma derrota política da esquerda frente à estratégia de desenvolvimento capitalista executada pelos esportes de ponta através das multinacionais privadas que os organizam tais como a FIFA, a UEFA e o COI. 📧

(Entrevista concedida a Anthony Hernandez e traduzida por Argemiro Pertence.)



# O *Affair* Irã e a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

■ Bernardo Kocher\*

Ação internacional do Brasil nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será conhecida no futuro como a política de maior destaque do seu governo. Críticos ou não da orientação adotada, devemos reconhecer que a amplitude da política externa brasileira desde 2003 está expressa em sua capacidade de ser efetiva, em meio a um sistema internacional que se transforma rápida e enigmáticamente.

Por variadas razões - as crises econômicas mundiais nos anos setenta, o fim da Guerra Fria, a participação de novos atores governamentais e não governamentais no cenário internacional, e mesmo por opção dos governos anteriores em não ampliar o raio de ação do Brasil no exterior -, o Itamaraty, sob o comando do embaixador Celso Amorim tornou o país um ativo protagonista. Para que tal ocorresse, amalgamou-se à ação diplomática formal uma larga parcela de “diplomacia presidencial”, efetivada pelo carisma do presidente da República.

Dentre os pontos que devem ser ressaltados para a análise deste modelo híbrido de formulação e implantação de política externa (presidencialismo político mais Itamaraty técnico), e que demonstram uma nova agenda, e alguns de seus resultados, apontamos: a) a busca de um efetivo multilateralismo nas tomadas de decisão internacional; b) o aprofundamento da integração regional; c) a participação efetiva na governança global; d) a espec-

tativa de obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU; e) a solidariedade internacional, como no caso da participação brasileira nas forças internacionais de pacificação do Haiti; e, f) o fortalecimento de relações bilaterais variadas que expressam os itens acima.

É no interior desta construção institucional que devemos entender o *Affair* Irã. Ele não é produto do acaso nem de atitudes intempestivas, pois todos os passos trilhados pela intervenção brasileira na problemática nuclear iraniana estão em consonância com uma linha de conduta e previsibilidade, que perdura desde o início do primeiro mandato. A seqüência impressionante de fatos políticos internacionais produzidos em pouco mais de uma semana, em maio de 2010, que demonstram a importância que tomou o acordo assinado em Teerã, são reações diretas ao ritmo intenso de intervenções que foi demandado ao corpo diplomático brasileiro para cumprir a linha programática demarcada pela política externa.

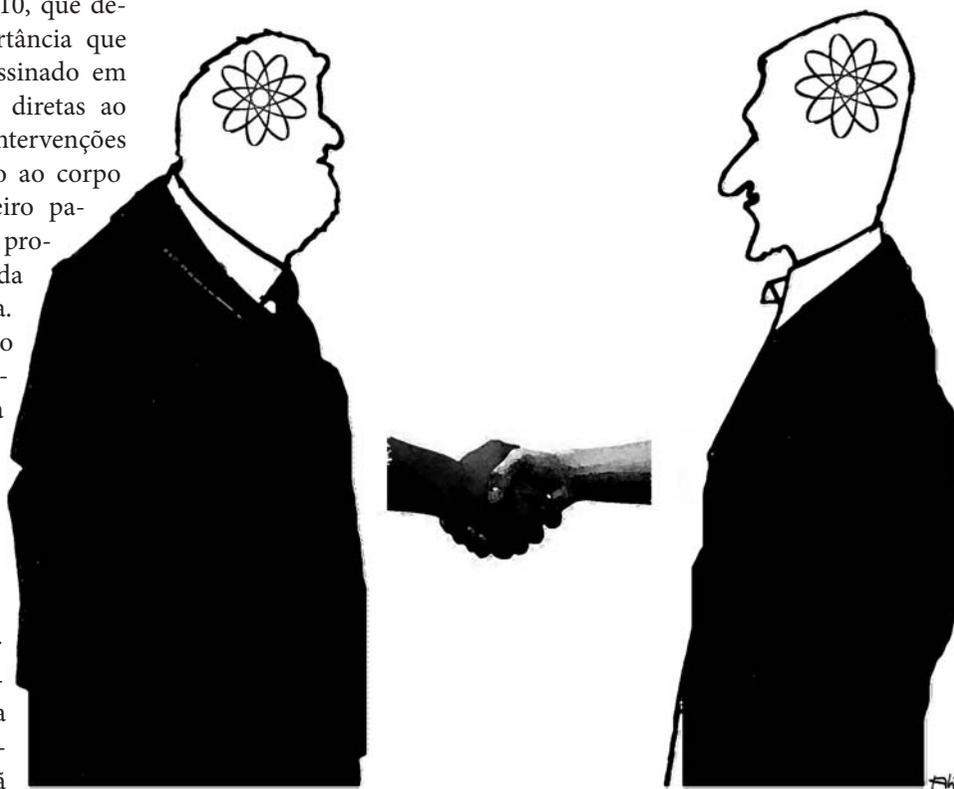
O *Affair* Irã é o maior teste da capacidade política da diplomacia brasileira desde o início do governo Lula. Existe agora, por parte das autoridades responsáveis, a necessidade de afirmar com clareza e publicidade a pertinência das posições adotadas, pois o *Affair* Irã

colocou uma tensão inédita na ação política internacional do Brasil: a contestação tanto explícita quanto pública das suas articulações, o que não fora observado de forma contundente nos sete anos anteriores.

Mas o expressivo a ser considerado nesta “crise” não é, no entanto, a participação da diplomacia brasileira na intermediação entre partes que possuem História de severas desavenças, agravadas pela questão nuclear. O saldo da “crise” que deve ser tomado para a análise presente é a súbita mudança de orientação (e, também, de qualidade) da política externa norte-americana.

Após a divulgação (não explicada) de correspondência reservada do presidente norte-americano ficou exposto que o problema não é da política exter-

na brasileira, mas de uma reação inesperada dos EUA ao acordo firmado por Brasil, Irã e Turquia. O conhecimento do conteúdo da correspondência diplomática foi seguido pela intervenção autônoma da Secretária de Estado, Hilary Clinton, que desconsiderou totalmente a posição brasileira, no que foi acompanhada pelo inaceitável silêncio de seu superior hierárquico. Assim, as atuações contraditórias dos dois dirigentes máximos dos EUA - que lidam diretamente com a política externa de seu país - denotam um problema que é insolúvel por parte da diplomacia brasileira, mas que a atinge diretamente. Não fosse tal situação as críticas dirigidas ao governo brasileiro poderiam ter apenas um sabor provinciano. Seriam automaticamente neutralizadas, pois



descuram o impacto nas novas relações de poder surgidas recentemente no sistema internacional e, também, a tendência à formação de coalizões variadas entre os países do hemisfério Sul.

O Oriente Médio/Golfo Pérsico é uma região distante do raio de ação imediato do Brasil, além de ser palco de conflitos que parecem insolúveis. A realidade regional destoa em muito do habitat “natural” do Brasil e de sua cultura diplomática, inspirada na atuação vitoriosa do Barão do Rio Branco, que solucionou pacificamente litígios fronteiriços no começo do Século XX. Estas situações indicam, para os críticos internos, que a presença brasileira em contexto tão diverso de onde ocorreram grandes vitórias da diplomacia nacional é: a) desnecessária; b) ineficaz; c) manifestação de arrogância do país perante conflitos que não poderá resolver; d) afrontamento desnecessário às potências tradicionais que tratam do conflito há décadas; e, e) populista. Setores da esquerda, por sua vez, intitulam a atual orientação como sendo a manifestação do “imperialismo” (ou do subimperialismo) por parte do capitalismo brasileiro. Externamente, até o presente, a visão dos opositores do acordo Brasil-Irã-Turquia é condescendente com as ações da diplomacia brasileira. Estas são tomadas como ingênuas e de boa fé, mas manipuladas por uma elite teocrática usurpadora do poder político em seu país. Não é raro que analistas internacionais manifestem posições tão cáusticas quanto as dos críticos internos.

Está claro que uma parte do que está ocorrendo em torno do *Affair* Irã diz respeito ao poder nuclear-militar que o país persua pretende adquirir; outra parte do problema (já não é tão claro)

está desvinculada desta questão, pois se trata de uma questão econômica. Esta fraqueza na interpretação dos fatos inviabiliza um bom debate político e público sobre a política externa brasileira, pois esta segunda dimensão transpõe quase que automaticamente a conclusão da análise sobre a sua formulação para a implantação de uma *realpolitik* bismarckiana. Nesta a manifestação de força (militar) e a formação de alianças bilaterais contraditórias são necessárias à condução de um poder internacional que viabilize a conquista de mercados. Na falta de projeção do poder militar brasileiro, fica somente exposta a percepção econômica na conquista de novos mercados. Em nossa opinião é justamente o contrário que deve ser transposto para a análise da política externa brasileira no interior do *Affair* Irã.

O Oriente Médio/Golfo Pérsico e sua relação com o Brasil pertencem à periferia econômica do capitalismo. Mesmo com enormes potenciais em recursos naturais e produtivos em suas mãos, ambos padecem de problemas que as Ciências Sociais chamaram na década de sessenta de “subdesenvolvimento”. A aproximação destes dois países – e muitas outras ligações bilaterais ou multilaterais que daí possam derivar por conta desta coalizão construída em torno da questão nuclear – é fundamental para o enfrentamento de problemas macroeconômicos crônicos. O constante clima de guerra que atinge o Oriente Médio/Golfo Pérsico faz décadas trabalha contra a formulação de uma agenda de desenvolvimento econômico no plano internacional. Somente o contexto de uma pax sem donos viabilizaria uma “economia política” a partir dos interesses dos países subdesenvolvidos.



Neste entrecruzamento de tendências, a política externa brasileira tem construído uma argumentação lúcida, com bases históricas. Ela se remete à Política Externa Independente dos anos sessenta e ao Pragmatismo Responsável da década seguinte. Podemos entender o atual posicionamento da diplomacia brasileira como uma terceira fase de uma orientação original. Nos dois momentos anteriores ocorreu a combinação de: a) neutralismo, b) o respeito à soberania dos povos e, c) a busca de desenvolvimento econômico. Esta agenda operou, no passado, em torno de um projeto político: o Terceiro Mundo como um “eixo” de poder. Esgotadas as possibilidades transformadoras deste “eixo”, em primeiro lugar após o choque dos juros em 1979 e, depois, com o fim da URSS (o Segundo Mundo), em 1989, a política externa brasileira nos anos oitenta e noventa tornou-se secundária num ambiente internacional que se pretendia globalizado. No interior de uma agenda plasticamente definida pelo automatismo do mercado o diferencial de atuação tornou-se prejudicial, pois se temia uma reação adversa dos mercados, que sancionam economias nacionais com políticas internas e/ou externas fora do escopo da alta valorização financeira do ca-

pital. Agora, em nova conjuntura explícita nas crises econômicas nos EUA e na Grécia, a capacidade de homogeneização das condutas dos Estados sob a ótica do neoliberalismo está demonstrando visíveis dificuldades.

Arriscaríamos dizer que entramos numa fase pós-globalizada, pois fica cada vez mais claro que os mercados não conseguiram cancelar a dimensão westphaliana de Estados Nacionais soberanos.

É neste ambiente que entendemos a atuação pró-ativa pelo desenvolvimento econômico por parte da política externa brasileira, mesmo não utilizando mais palavras de ordem típicas dos anos sessenta e setenta. A atual situação é vivida a partir de uma intensa negociação com as forças políticas e econômicas que predominam no sistema internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial. A aprovação de uma nova rodada de sanções pelo Conselho de Segurança da ONU - aparentando ter desmontado, ao menos temporariamente, a estratégia brasileira - demonstra com clareza cristalina as limitações e dificuldades da ampla agenda de trabalho que é levada adiante pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

Assim, concluímos, os governos que perseguem a inserção soberana no mundo “pós-Guerra Fria” têm que assumir uma formulação tanto política quanto técnica em relação às transformações na economia política internacional. Isto para sobreviverem no interior da agressiva competição existente no novíssimo equilíbrio de poder mundial, cuja composição futura dependerá de ações concretas por parte dos interessados. 

\*Bernardo Kocher ([bkoc@vm.uff.br](mailto:bkoc@vm.uff.br)) é professor de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

# O preço do descaso

“Na natureza não há prêmios nem punições – há apenas consequências.” Robert G. Ingersoll

A população do planeta terra é constituída por quase sete bilhões de seres humanos, e com isso a ocupação do território passou a representar um risco iminente e de acentuada gravidade. Como qualquer espécie, o ser humano necessita utilizar os serviços providos pela natureza, sendo agente da transformação do ambiente que ocupa. Inclusive por degradação ambiental.

Em 2010 o Rio de Janeiro foi vítima de fortes chuvas, causadoras de estragos incalculáveis e perdas irrecuperáveis. As autoridades atribuíram a catástrofe ao grande volume de chuvas, no entanto, seria este o único motivo? Ou a falta de investimentos nas áreas de maior risco e a ocupação desordenada do solo seriam os fatores fundamentais para dar números de tragédia ao ocorrido?

Seguindo a lógica perversa de catástrofes ambientais, a par-

te da população menos favorecida foi a mais afetada. No município do Rio de Janeiro os locais mais atingidos foram: Morro do Turano e Querosene, no Rio Comprido; Morro dos Prazeres, em Santa Teresa; Morro do Borel, na Tijuca; além da Estrada Grajaú-Jacarepaguá.

O gráfico 1 demonstra a evolução dos gastos com investimentos nos setores de gestão ambiental, urbanismo, habitação e saneamento do município. As colunas de 2008 e 2009 mostram os valores já liquidados, enquanto que a coluna de 2010 apresenta tanto a parte já executada como a autorizada mas ainda não executada (em destaque) até 17 de maio. Vale lembrar que esta autorização não será necessariamente executada até o final de 2010, já que se trata de uma autorização e não de uma obrigação, conforme a legislação orçamentária em vigor.

## GEO-RIO

Sobre a ação pública de caráter preventivo foram pesquisados os números da Fundação Insti-

tuto de Geotécnica do Rio de Janeiro (GEO-RIO), órgão da Secretaria de Obras, responsável pelo monitoramento, prevenção e intervenção em áreas de risco. Além disso, a GEO-RIO conta com um sistema de alerta de chuvas intensas e risco de deslizamentos de morros e encostas: o Alerta Rio.

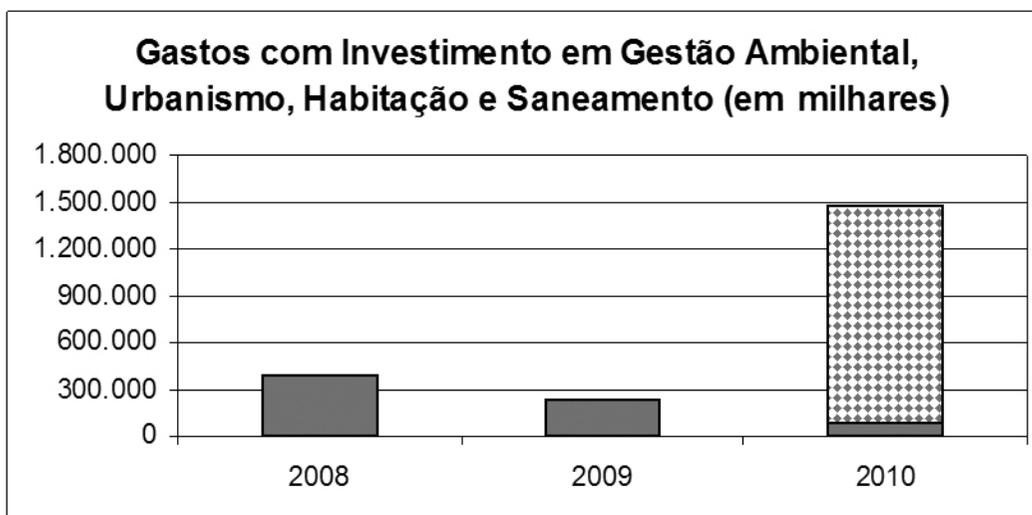
A despesa da GEO-RIO em 2009 foi de R\$ 7,6 milhões, entre despesas correntes e investimentos, gastos esses que deveriam ser suficientes para impedir ou amenizar efeitos das fortes chuvas. Valor pequeno diante dos R\$125 milhões de reais liberados pela prefeitura em caráter emergencial para que as secretarias municipais aplacassem os danos na cidade depois das chuvas de abril. Um caso exemplar ocorreu no Complexo do Alemão. No exercício de 2009 foi encontrado um projeto de contenção de encostas na região, cuja dotação inicial alcança R\$500 mil. Esse projeto sugere que havia conhecimento da necessidade de intervenção no local, mas a obra não foi execu-

tada. Vale lembrar que o Complexo do Alemão foi fortemente afetado pelas chuvas. Dessa forma, constatamos que os elevados gastos na reparação dos danos poderiam ser evitados se houvesse uma maior efetividade nas políticas de prevenção.

Outro programa de trabalho da GEO-RIO interessante de ser analisado é a Estabilização Geotécnica, cujo objetivo consiste em executar obras preventivas, corretivas e emergenciais em encostas e áreas de risco. Logo, as ações desse programa estão diretamente relacionadas à prevenção de danos ocasionados pelas chuvas. No entanto, pelo gráfico 2, nota-se que houve uma considerável queda no montante investido nesse programa no ano de 2009.

O gráfico 2 mostra ainda o montante do investimento no programa de trabalho em questão para os anos de 2008, 2009 e 2010. Após a considerável queda no ano de 2009, em 2010 o investimento nesse programa de trabalho parece ser retomado. A dotação inicial do programa foi de apenas R\$ 5 milhões. Ao fim do mês de março acréscimos permitiram que a dotação autorizada alcançasse 11,3 milhões, enquanto que em 14 de junho há um salto e ela chega ao seu valor atual, R\$ 59 milhões. Observa-se que o esforço em aumentar a dotação ocorreu em grande parte somente após o episódio das fortes chuvas, logo é provável que esse aumento reflita apenas correções emergenciais. Como se pode observar no gráfico, quase R\$9 milhões já foram executados neste ano. Espera-se que obras de caráter preventivo também estejam sendo feitas, para que acontecimentos como esses não se repitam.

Gráfico 1



Fonte: Prestação de contas de 2008 e 2009 e relatório do FINCON emitido em 17/05/2010

## Fórum Popular do Orçamento

Ainda no campo preventivo, a tabela 1 mostra um projeto relacionado à questão de prevenção de enchentes: o controle e ampliação do sistema de drenagem, empreendido pela Subsecretaria das Bacias Hidrográficas, cujo objetivo é promover a fiscalização da ocupação das faixas marginais dos rios e a vistoria técnica da implantação de empreendimentos privados que alterem o sistema de drenagem da cidade. Observa-se a significativa queda de 27,58% no investimento no ano de 2009 em comparação com o ano anterior. Tal fato é compatível com o processo de contenção de despesas em toda a administração municipal no primeiro ano do mandato do prefeito Eduardo Paes. Para 2010 parece haver uma recuperação. A dotação autorizada chega a R\$150 mil e até 17 de maio já haviam sido executados em torno de R\$ 110 mil.

O pouco gasto com essas áreas preventivas não é exclusividade carioca, pois na esfera federal apenas 12% do montante previsto para o programa de “prevenção e preparação para desastres” foram desembolsados neste ano, até a primeira semana de abril. Dos R\$ 318 milhões autorizados para uso do Ministério da Integração Nacional no programa, R\$ 39,4 milhões foram aplicados em 16 estados. Porém o Rio de Janeiro não havia sido beneficiado.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o Estado do Rio de Janeiro recebeu apenas 0,65% do total dos recursos para prevenção de catástrofes em todo o país, entre 2004 e 2009, sendo que o total de prevenção de catástrofe por si só já é pe-

queno no Orçamento Geral da União (O GU).

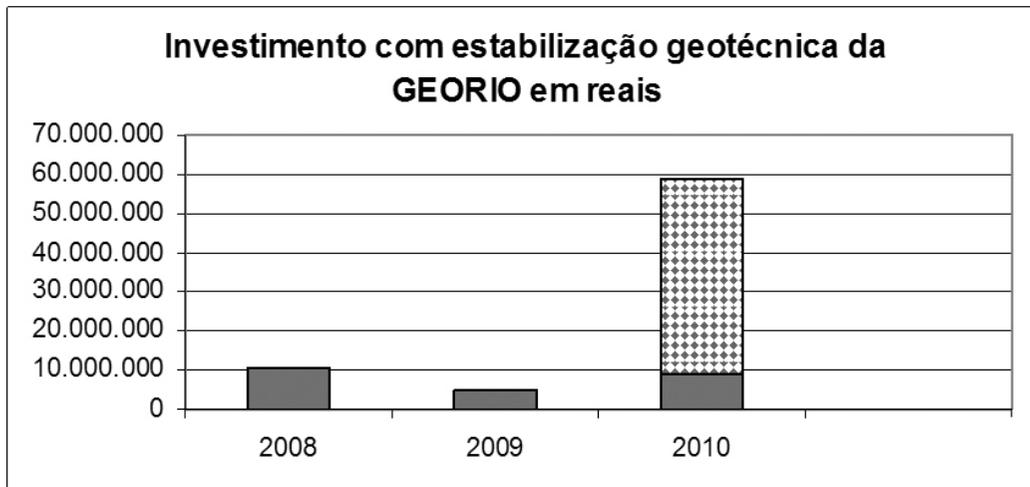
Para o ano de 2010, os recursos totais previstos no Orçamento da União para o Ministério da Integração Nacional, responsável pelas ações federais de Defesa Civil, serão de R\$ 6 bilhões, o que repre-

senta 0,36% do total das despesas previstas no Orçamento Geral da União 2010, cujo total é de R\$ 1,76 trilhão. Enquanto isso, os recursos para pagamento da dívida pública (os itens “refinanciamento da dívida pública” são de 33,1% e “pagamento de encargos financeiros” são 16,36%) representam quase 50% desse mesmo OGU.

O desastre causado pelas fortes chuvas no Rio de Janeiro retrata, mais uma vez, que o baixo investimento não só dos governos estaduais e municipais, mas também do governo federal, em obras de prevenção a desastres, aliado à ausência de políticas de habitação popular, são uma combinação trágica. Na verdade as chuvas torrenciais foram apenas um estopim para um problema relevante: a falta de interesse de nossos governantes em implantar políticas de urbanismo, saneamento, habitação e gestão ambiental nas áreas mais desfavorecidas de nossa cidade. 

Fontes: Prestação de Contas 2008/2009, Relatório FINCON, Portal G1 e Revista Veja.

**Gráfico 2**



Fonte: Prestação de contas de 2008 e 2009 e relatório da execução orçamentária de 14/06/2010

**Tabela 2**

Projeto	Ano	Dotação Autorizada final	Dotações Liquidadas
Controle e ampliação do sistema de drenagem	2008	R\$ 148.599,44	R\$ 96.600,92
	2009	R\$ 100.000,00	R\$ 69.954,92
	2010*	R\$ 150.000,00	R\$ 110.000,00

\* Para 2010, tanto a dotação autorizada final como a dotação liquidada tem como referência os dados do FINCON até 17/05/2010. Fonte: Prestação de Contas de 2008 e 2009 e dados do FINCON

